

PROCESSO N.º : 2015001710
INTERESSADO : DEPUTADO FRANCISCO JR
ASSUNTO : Dispõe sobre a alteração das terminologias "Portador de Necessidades Especiais (PNE)", "Portador de Deficiência" e outras por ventura existentes para "Pessoas com Deficiência" no âmbito do Estado de Goiás.



RELATÓRIO

Cuida-se de projeto de lei, de autoria do ilustre Deputado Francisco Jr, dispondo sobre a alteração das terminologias "Portador de Necessidades Especiais (PNE)", "Portador de Deficiência" e outras por ventura existentes para "Pessoas com Deficiência", em conformidade com a Convenção Internacional Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e o Decreto n  6.949 de 25 de agosto de 2009, da Presidência da República.

A proposição determina ainda a utilização da nomenclatura "Pessoas com Deficiência" para todos os órgãos e legislações vigentes no Estado de Goiás.

A justificativa da proposição aponta que a alteração na nomenclatura visa promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência, promovendo o respeito pela sua dignidade inerente.

Argumenta-se, neste aspecto, que, nos dias atuais, muitos nomes ainda são utilizados como pessoas portadoras de deficiência, pessoas portadoras de necessidades especiais (PNE), pessoas especiais ou portadores de direitos especiais. Contudo, essas terminologias são inadequadas, porquanto remetem a condição de que a pessoa "porta" sua deficiência e não que ter uma



deficiência faz parte da pessoa. A pessoa tem uma deficiência. Tanto o verbo "portar" como o substantivo ou o adjetivo "portadora" não se aplicam a uma condição inata ou adquirida que faz parte da pessoa. Sendo assim, o adequado seria a expressão: pessoa com deficiência.

Essa é a síntese da proposição em análise.

Constata-se que a propositura em pauta versa sobre matéria pertinente à **proteção e integração social das pessoas com deficiência**, a qual se insere no âmbito da **competência legislativa concorrente** da União e dos Estados-membros, conforme art. 24, XIV, da Constituição da República, cabendo, portanto, à União estabelecer normas gerais e aos Estados suplementar a legislação federal (CF, art. 24, §§ 1º e 2º).

A proposição objetiva, especificamente, criar uma regra para a elaboração dos atos normativos estaduais, consistente em prever a utilização, de maneira uniforme, da expressão "pessoa com deficiência", em conformidade com a nomenclatura utilizada pela Convenção Internacional Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e pelo Decreto federal n. 6.949/2009 que promulgou essa convenção internacional.

Recentemente, foi editada a Lei federal n. 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Esta Lei tem como base a referida Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ratificados pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008. Note-se que esse estatuto utiliza a nomenclatura prevista na proposição em pauta.

Constata-se, assim, que a matéria tratada na presente propositura não tem a natureza de **norma geral** sobre proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência. Tem-se, neste caso, uma questão específica, de natureza complementar, que se insere no âmbito da competência legislativa do Estado (CF, art. 24, XIV, § 1º e 2º).



Por tais razões, conclui-se que a proposição em análise é compatível com o sistema constitucional vigente, não apresentado qualquer inconstitucionalidade ou antijuridicidade que impeça a sua aprovação. No entanto, necessário apresentar o seguinte substitutivo para aperfeiçoá-la no aspecto formal (técnica legislativa):

"SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI N. 170, DE 20 DE MAIO DE 2015.

Dispõe sobre a utilização da nomenclatura que especifica nos atos normativos editados pelo Poder Público Estadual.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os atos normativos editados pelo Poder Público Estadual adotarão, a partir da vigência desta Lei, a nomenclatura "pessoa com deficiência" para se referir à pessoa nessa condição, em conformidade com a nomenclatura adotada pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo n. 186, de 9 de julho de 2008, e promulgada pelo Decreto federal n. 6.949, de 25 de agosto de 2009.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Isto posto, com a adoção do substitutivo ora apresentado, somos pela constitucionalidade e juridicidade da proposição em pauta. É o relatório.

SALA DAS COMISSÕES, em 09 de junho de 2015.

Deputado ALVARO GUIMARÃES
Relator